

Os Recursos Energéticos das Ilhas Malvinas e sua Relação com o Conflito Anglo-Argentino*

Ana Margheritis

Introdução

A riqueza em petróleo e gás contida nas águas do Atlântico Sul Ocidental esteve historicamente ligada aos acontecimentos políticos ocorridos na área. O conflito entre a Argentina e o Reino Unido pelas Ilhas Malvinas é um dos exemplos mais notáveis dessa afirmação: as pesquisas científicas e as tentativas de exploração e produção de hidrocarbonetos acompanharam de forma muito estreita o ritmo das negociações entre ambos os países nas décadas de 60 e 70.

De fato, os momentos de maior interesse pela exploração e produção dos recursos energéticos coincidiram com os de maior movimento diplomático em torno da disputa entre a Argentina e o Reino Unido pelas Ilhas. A primeira vinculação clara entre os dois temas produziu-se no início dos anos 70, quando foram apresentadas várias solicitações de licenças para exploração *offshore* de hidrocarbonetos, e coincide com o avanço notável das conversações bilaterais, ou seja, com o início de negociações

especiais entre a Argentina e o Reino Unido sobre a abertura de comunicações entre o continente e as Ilhas. A partir dessa época, e coincidindo com os temores provocados pela crise internacional do petróleo de 1973, iniciou-se uma competição acirrada pelos recursos naturais da região e o sentido da relação entre ambas as questões iria inverter-se. Detalharemos, mais adiante, os acontecimentos que marcaram esta competição, destacando, todavia, que a década de 70 se caracterizou por contínuas manifestações de interesse por parte de governos e empresas privadas no potencial econômico das Ilhas, especialmente nos seus recursos não-renováveis.

Atualmente, a oito anos de uma guerra que significou o maior ponto de inflexão na história do conflito, as relações entre os dois países voltam a se estabelecer e abre-se caminho para o diálogo e a cooperação bilateral, podendo-se presumir que mais uma vez os recursos energéticos estarão na mesa de negociações. No entanto, uma primeira aproximação do tema permite supor que os interesses privado e estatal pelos hidrocarbonetos diminuam consideravelmente na última década; em outras palavras, se hoje quiséssemos ver de que forma o tratamento da questão dos hidrocarbonetos acompanhou os desenvolvimentos diplomáticos na década de 80, deveríamos considerar que existem sérios indícios de que esses recursos não estiveram presentes na agenda bilateral – ao contrário do progressivo protagonismo dos recursos icíficos – e nada indica que voltem a ser incluídos no futuro imediato.

Desse modo, cabe perguntar por que o potencial energético contido nas águas ad-

* Tradução de Flávia de Campos Mello.

jacentes às Ilhas Malvinas, que era a grande promessa de um imenso reservatório, se tornou uma área de escasso interesse para os países envolvidos no conflito, inclusive para terceiros? Nesse sentido, é importante indagar se essa mudança se deve à comprovação de que não existem jazidas realmente valiosas nessa área ou se são outros os fatores determinantes; e, uma vez caracterizada a tendência, ver se existem indícios de sua manutenção na década que se inicia.

Com esta finalidade serão identificados os principais acontecimentos das duas últimas décadas, de forma a satisfazer, simultaneamente, dois objetivos: por um lado, avaliar o potencial econômico atual dos recursos energéticos – basicamente petróleo e gás – contidos no território das Ilhas Malvinas e nas suas águas adjacentes;¹ por outro, inserir esta problemática econômica nos marcos do conflito anglo-argentino, procurando descobrir em que medida a exploração e produção desses recursos constou das prioridades dos atores envolvidos no conflito ao longo desses anos.

Os Primeiros Interessados

No fim dos anos 60, algumas companhias petrolíferas manifestaram interesse em explorar a Bacia Marina Austral: a Shell solicitou permissão à Secretaria de Estado de Energia da Argentina para efetuar um “reconhecimento superficial” e trabalhos de prospecção geofísica na Bacia de Magalhães, e foi autorizada a realizar estudos de sísmica numa área de aproximadamente 100.000 km² na Bacia Marina Austral no verão de 1969-70.

Neste período, o governo do Reino Unido anunciou que várias companhias petrolíferas – entre elas a Jack Grynberg Associates, de Denver, Colorado (USA), e uma companhia canadense cujo nome não foi revelado – haviam solicitado licenças de exploração *offshore* nas Malvinas. A imprensa argentina interpretou esse acontecimento como um fator importante que poderia aumentar a relevância econômica e estratégica das Ilhas se fosse descoberto petróleo, e, ao mesmo tempo, como um

novo motivo de discórdia entre a Argentina e o Reino Unido, que poderia deteriorar as tentativas de aproximação diplomática.

Um dos primeiros estudos científicos realizados nesse sentido, na década de 70, é o que foi empreendido pela empresa norte-americana Geocom Inc., encarregada de interpretar os levantamentos sísmicos efetuados pela Shell na Bacia Marina Austral. Os resultados foram publicados no relatório intitulado “Interpretation Report of the Geocom – Bahia Grande Argentina – Marine Seismic Survey”, dos quais se depreende a dificuldade de se determinar a área mais promissora para exploração.²

Ademais, no início de 1970, o governo britânico encomendou ao Departamento de Geologia da Universidade de Birmingham – a cargo na época dos geólogos Donald H. Griffiths, P.F. Barker, J. Burrell e P. Simpson – um estudo sobre as rochas sedimentares em torno das Ilhas, publicado cinco anos mais tarde sob o título “Geology of the Region Around the Falkland Islands” e conhecido a partir de então como Relatório Griffiths, ao qual voltarei adiante.

Durante o ano seguinte os governos da Argentina e do Reino Unido reuniram-se visando a um acordo relativo ao movimento de pessoas e ao estabelecimento de vínculos culturais, sociais e econômicos. As conversações haviam começado no ano anterior e entre as medidas acertadas no encontro de Buenos Aires, entre 21 e 30 de junho de 1971, não consta nenhuma referência aos recursos naturais. De toda forma, o relatório preliminar apresentado naquele ano pela equipe de Griffiths estimulava a continuação do trabalho e, por este motivo, durante a temporada de 1971-72, o navio oceanográfico RRS Shackleton percorreu a área realizando medições gravimétricas sobre 2.100 km da Bacia Malvinas. Na operação seguinte, 1972-73, um navio semelhante, o HMS Endurance, percorreu 4.200 km desta área prosseguindo os estudos. O RRS Shackleton voltou em 1973-74 para cobrir 6.700 km, obtendo levantamentos de gravimetria e sísmica de refração e reflexão.

Em 1972, um relatório da Secretaria da ONU³ afirmava que estariam sendo explorados três setores de possível desenvolvimento econômico das Ilhas. Um deles poderia ser o de petróleo, pois como haviam sido descobertas algumas jazidas na Patagônia, várias companhias canadenses e norte-americanas solicitaram licenças de exploração nas águas circundantes às Malvinas.

No fim do ano de 1973, à medida que se aguçava a crise energética internacional, apareceram alguns prognósticos um tanto exagerados sobre o potencial petrolífero desta área, segundo os quais surgiria em torno de 1980 "um novo Kuwait". É o que indica um artigo da revista norte-americana *US News and World Report*, de 3 de dezembro de 1973, ao se referir à existência de grandes depósitos de hidrocarbonetos na Argentina. Sobre as Malvinas, este artigo deixa entrever que se confiava em uma pronta solução para a disputa, o que abriria o caminho da produção petrolífera a interessados potenciais, neste caso, empresários norte-americanos. O artigo reflete claramente o profundo interesse demonstrado pelas multinacionais petrolíferas norte-americanas com relação à Argentina: uma área de vastas disponibilidades, particularmente atrativas porque localizadas em zona de acesso fácil e próxima de portos, onde, se fosse confirmada a existência de hidrocarbonetos, poder-se-ia iniciar uma competição feroz com outras potências. No entanto, já naquela época, ao tomar conhecimento da notícia, algumas opiniões locais afirmaram ser prematura uma estimativa dessa magnitude antes mesmo de se perfurar.

Em 1974, o relatório da Secretaria da ONU confirmou declarações do governador do território no sentido de que existiria a possibilidade de se achar petróleo em áreas próximas às costas das Ilhas, e de que, no curto prazo, seria tomada uma decisão sobre o arrendamento de alguns setores com fins de exploração. Conseqüentemente, mediante intervenção do representante argentino na Assembléia Geral, em 14 de dezembro do mesmo ano, a Argentina invo-

cou a reserva de seus direitos de posse das riquezas naturais das Ilhas.

1975: Intensa Atividade em torno dos Hidrocarbonetos

Os estudos que os navios oceanográficos ingleses realizaram entre 1971 e 1974 contribuíram para confirmar as conclusões do relatório elaborado pela equipe dirigida por Griffiths. Este trabalho é extremamente importante porque estabelece, no plano técnico, as bases de todas as avaliações posteriores do potencial de hidrocarbonetos do arquipélago malvinense. Em 1975, somam-se à sua publicação outros acontecimentos que fazem daquele ano uma data-chave na cronologia das duas últimas décadas.

Em primeiro lugar, cabe destacar as conclusões deste relatório sobre a região de que tratamos:⁴ a) sobre o território das Ilhas propriamente dito, o relatório assinala que as perspectivas não são promissoras; b) sobre a Bacia Malvinas Norte (oeste das Ilhas), considera-se que é a principal área, da qual se pode esperar uma maior equivalência com as características da Bacia de Magalhães;⁵ c) sobre a Bacia Malvinas Oriental (leste das Ilhas), o relatório afirma que as perspectivas parecem ser promissoras: os sedimentos seriam de características diferentes com relação aos da margem ocidental das Ilhas e as águas alcançam profundidades maiores;⁶ d) sobre a Bacia das Malvinas (sul das Ilhas), esta seria o equivalente geológico da margem leste, sendo que em algumas áreas as perspectivas poderiam ser semelhantes, todavia não se sabe a que profundidade tais sedimentos se encontram, e é provável que tenham sido erodidos; e) sobre o Banco Burwood, contrariamente às expectativas anteriores, não foram apresentados resultados alentadores.⁷ O relatório conclui sua parte mais geral com a seguinte declaração:

"Dentro de algumas áreas específicas, consideramos que o prognóstico é suficientemente alentador para que sejam consideradas explorações de tipo comercial. Não serão obtidos maiores progressos com novos trabalhos geofísicos na região além dos que já foram realizados até agora. No entanto,

recomendaríamos, por considerá-lo de grande utilidade, que fosse realizado um processamento multicanal para verificar nossas conclusões sobre o Banco Burwood e o norte da Bacia das Malvinas".⁸

Em segundo lugar, ainda em 1975, um novo relatório da Secretaria da ONU, chama a atenção para indícios da existência de jazidas petrolíferas no território das Ilhas e em áreas próximas às suas costas, e para o fato de que o governo local estaria analisando as licenças de exploração que haviam sido apresentadas. Também é relatada uma entrevista do secretário principal do território, A. Monk, publicada no número de novembro-dezembro de 1974 do periódico local *Falkland Islands Times*, na qual este funcionário confirma que foram recebidas solicitações de concessões para a perfuração petrolífera, mas que no momento não seriam outorgadas até que o governo britânico recebesse o relatório da Universidade de Birmingham (Relatório Griffiths). Também foi mantido o que havia sido estabelecido na sessão do Conselho Legislativo das Ilhas, de 4 de dezembro de 1974, na qual o governador Lewis instou por uma definição dos procedimentos de concessão de licenças, sendo aprovadas duas moções propondo a adoção de

"(...) medidas imediatas para convidar as partes interessadas a solicitarem licenças para examinar as possibilidades de perfurar poços de exploração de petróleo, tanto em frente às costas como na zona de águas territoriais (e ao mesmo tempo, o exame das solicitações já apresentadas) (...) com a finalidade de aproveitar o quanto antes o petróleo disponível na Colônia ou nas suas águas".⁹

O relatório da Secretaria da ONU também menciona que no início de 1975 o governo britânico confirmou ter recebido o estudo preparado pela equipe do professor Griffiths; a resposta da Argentina, em nota ao secretário-geral datada de 25 de março, foi de que não reconheceria "a titularidade nem o exercício de nenhum direito relativo à exploração e produção de minerais ou hidrocarbonetos por parte de um governo estrangeiro".¹⁰ O governo britânico declarou, então, não ter dúvidas quanto à soberania de seu país sobre as Ilhas e seu mar territorial e, portanto, sobre os direitos de exploração e produção dos recursos naturais.

Em 14 de dezembro de 1975, o representante permanente da Argentina neste foro enviou outra nota ao secretário-geral em face das notícias de que o governo inglês autorizaria uma missão (em alusão à equipe a cargo de Lord Shackleton) com o objetivo de efetuar um levantamento econômico e fiscal do arquipélago; a nota reiterava que o governo argentino não daria seu consentimento para esta missão e que, estando o território sob disputa, o Reino Unido deveria abster-se de inovar unilateralmente. Ademais, em 3 de setembro de 1974, os governos da Argentina e do Reino Unido, juntamente com outro acordo sobre comércio e transporte, firmaram um convênio pelo qual a empresa estatal argentina YPF adquiriu os direitos de abastecer de petróleo o território das Ilhas.

Outro elemento extremamente importante consta neste relatório: os comentários expressos pelo periódico inglês *The Financial Times*, em 3 de abril de 1975, no sentido de que "havia sido detidos os progressos quanto ao estabelecimento de maiores contatos entre o território e a Argentina, em consequência da situação relativa à possível existência de jazidas petrolíferas frente às costas do território",¹¹ e que uma das possíveis alternativas que o governo inglês estaria analisando para a solução do conflito seria o congelamento das reivindicações de soberania e a exploração dos recursos naturais em base binacional. Este é um dos momentos mais claros em que se pode observar a conexão entre o interesse pelos hidrocarbonetos e o desenvolvimento político-diplomático do conflito anglo-argentino, ainda que a partir desta data tenham começado a se acentuar os obstáculos que a disputa pela soberania estabelecia aos avanços em qualquer outro tema de interesse bilateral.

Por outro lado, no capítulo referente às condições econômicas das Ilhas, o relatório menciona a visita ao local, em fevereiro de 1975, de B. Wilson, representante da empresa canadense Chimo Management Services e de mais outras cinco.¹² Sua intenção era de obter uma autorização para realizar um estudo sísmico a fim de localizar

petróleo no Banco Burwood, ao sul das Ilhas e, possivelmente, também nas suas costas. Estas empresas se dispõem a investir entre 750 mil e um milhão de libras esterlinas em uma operação que poderia durar até 18 meses.

Em terceiro lugar, neste mesmo ano de 1975, merecem ser citadas as conclusões dos estudos do chileno Bernardo Grossling, membro do US Geological Survey, que assegurava em artigo publicado pelo Departamento de Estudos Geológicos dos Estados Unidos, sob o título "Latin America's Petroleum Prospects in the Energy Crisis", que os recursos petrolíferos potenciais da plataforma continental argentina seriam quatro vezes superiores aos da plataforma atlântica deste país, e não descartava a possível existência de jazidas comparáveis às do Oriente Médio. Foi calculado um potencial de 20 bilhões de toneladas de petróleo, mas sem incluir nesta cifra o talude onde termina a plataforma submarina, que é um dos menos inclinados do mundo e onde sabe-se que existem camadas sedimentares de grande espessura. Tampouco foram incluídas as jazidas do Banco Burwood que, apesar de ter uma profundidade de menos de 200 metros, está separado da Terra do Fogo e das Ilhas Malvinas por uma depressão mais profunda. Estas reservas excederiam as da Venezuela e seriam cinco vezes superiores às comprovadas no Mar do Norte. No seu segundo trabalho,¹³ Grossling insistiu na sua tese.¹⁴

Por último, em meados de 1975, foi apresentado à Câmara de Senadores da República Argentina um projeto de lei que obteve juízo favorável da Comissão de Energia e Combustíveis, propondo que fosse declarado de interesse nacional o estudo das possibilidades das riquezas petrolíferas da plataforma submarina que corresponde às Ilhas Malvinas e outras ilhas do Atlântico Sul e ao território da Antártida. Conseqüentemente, a YPF deveria conceder prioridade a estes estudos nos seus planos imediatos.¹⁵

Durante o debate parlamentar que, finalmente, conduziu à sanção deste projeto,

foram mencionados trabalhos de prospecção já iniciados na época pela YPF, como passo prévio ao estabelecimento de poços de exploração; quanto ao potencial de recursos, foi defendida a posição de que a Bacia Malvinas poderia contar com grande reservatório de hidrocarbonetos.¹⁶ Obviamente, esta discussão desenvolveu-se no marco da preocupação com a escassez dos recursos naturais predominante nesta década, sendo, portanto, freqüentes as alusões à "importância fundamental adquirida pela posse de jazidas de hidrocarbonetos no mundo", justificada pelo fato de que "o petróleo, elemento vital e atualmente insubstituível, torna-se fator decisivo na economia nacional".¹⁷

O Primeiro Relatório Shackleton

Em 1976, o governo britânico revelou o resultado da pesquisa empreendida por Lord Shackleton sobre as condições econômicas das Ilhas. No que diz respeito aos hidrocarbonetos, suas conclusões basearam-se, principalmente, nos estudos já realizados pela equipe dirigida por Griffiths e em discussões posteriores a este relatório.

No capítulo sobre recursos minerais, a informação compilada refere-se à existência de hidrocarbonetos tanto no território das Ilhas como nas águas circundantes. No primeiro caso – bacias potenciais *onshore* – é esclarecido, já no início, que os trabalhos sobre este tema foram escassos no passado e, em conseqüência, a informação apresentada deve ser interpretada levando-se em conta que não podem ser extraídas conclusões definitivas até que sejam realizados estudos geológicos mais aprofundados. Concretamente, sobre petróleo e gás natural, o capítulo assinala que as únicas áreas de interesse poderiam estar situadas na Ilha Soledad, contendo sedimentos de arenitos e lutita; no entanto, suas conclusões não são muito alentadoras porque, comparadas com as áreas *offshore*, a espessura dos sedimentos é menor. Por outro lado, convém esclarecer que o principal combustível tradicionalmente utilizado pe-

los habitantes das Ilhas tem sido o carvão de turfa; sua extração das abundantes turfeiras existentes na Grande Malvinas e em Soledad – em alguns casos de até cinco metros de espessura – constitui uma das principais características das Ilhas e da vida econômica e social de seus habitantes. Isto, sem dúvida, retarda o desenvolvimento de qualquer tipo de atividade relacionada com o petróleo.

Sobre as bacias *offshore*, o relatório estende-se um pouco mais, e suas conclusões referem-se ao potencial existente na plataforma continental, considerando que a Bacia Malvinas é uma extensão da de Magalhães. Depreende-se de sua descrição mais particularizada que: a) a Bacia Malvinas se constitui na área mais promissora para a descoberta de hidrocarbonetos;¹⁸ b) o Banco Burwood parece ser uma extensão da zona deformada que avança para o norte a partir da Ilha dos Estados e constitui uma área considerada por muitas companhias petrolíferas como sendo potencialmente muito atrativa;¹⁹ c) O Plateau Falklands, situado a leste das Ilhas, embora contenha provavelmente alguns sedimentos tão antigos quanto os das Bacias Malvinas ou de Magalhães, apresenta a desvantagem de que estes encontram-se encobertos por outros muito mais recentes. Estes últimos contêm hidrocarbonetos imaturos, mas sua espessura – em torno de um quilômetro – é insuficiente para abrigar grandes depósitos.²⁰

É importante destacar que o relatório conclui a seção a que estamos nos referindo, enfatizando que o trabalho sísmico realizado até aquela data só pode ser considerado como um levantamento preliminar.²¹ No entanto, merece consideração especial pois confere grande importância às especulações sobre as possibilidades futuras de produção de petróleo e gás natural e, nesse sentido, expõe claramente a relevância que até meados da década de 70 era conferida aos hidrocarbonetos dentro do conjunto dos recursos naturais que as Ilhas possuem, e a estes últimos como fatores passíveis de esgotamento ou escassez a curto prazo. Os prognósticos – esclarece o

relatório – só podem ser realizados com base no conhecimento da magnitude das reservas, e uma primeira referência à questão está na crítica feita à estimativa do US Geological Survey de 1975, citada anteriormente, por ser esta uma hipótese baseada em cálculo desproporcionado e, portanto, muito pouco confiável.

Ademais, numa avaliação das possibilidades futuras é preciso considerar dois outros fatores: a) a exploração *offshore* nas condições climáticas e oceanográficas dominantes (especialmente, grande profundidade e distância do continente) é um empreendimento extremamente caro; e caso se consiga obter os recursos, o custo de transporte – incluindo o problema de construir um gasoduto ou de instalar um sistema de carga *offshore* – é muito significativo; b) o preço internacional do petróleo no futuro e, especificamente, o movimento relativo do preço com relação aos custos de exploração e produção.²²

O relatório conclui que um projeto de exploração petrolífera da área oriental da Bacia Malvinas, tanto privado como estatal deverá ter um lucro comercial modesto e muito menor do que aquele que poderia ser obtido em outras áreas *offshore* do mundo ainda não exploradas. Isso está relacionado com a estimativa do potencial de gás desta área.²³ No entanto, o relatório estende-se amplamente na descrição do processo de exploração e produção de petróleo, em tudo o que se refere às suas etapas, tempos, condições de operação física, outorga de licenças e, sobretudo, aos impactos social, econômico e ambiental que seu desenvolvimento teria sobre as Ilhas. A fase de exploração *offshore* teria uma influência relativamente pequena e seus efeitos poderiam ser controlados negociando-se diretamente com as companhias que, provavelmente, não se estabeleceriam definitivamente no território das Ilhas. Tendo em conta todos esses fatores, o relatório conclui, no seu capítulo referente a uma estratégia de desenvolvimento para as Ilhas que, quanto ao petróleo e ao gás natural:

"Independente dos constrangimentos políticos, esta atividade potencial deve ser considerada como de natureza especulativa. Embora a fase de exploração dos projetos pudesse trazer novos rendimentos econômicos e atividades numa escala que seria proveitosa para as Ilhas, a instalação da infraestrutura de produção, caso ocorresse, seria de valor questionável para as Ilhas no longo prazo. (...) Nossa conclusão é que a produção de petróleo e gás *offshore* não deveria constituir o elemento básico de nenhuma nova estratégia econômica para as Ilhas".²⁴

Opiniões Contraditórias e o Problema Político

O relatório que a Secretaria da ONU apresentou em 1976 ao Comitê de Descolonização cita uma declaração do representante britânico na Assembleia Geral de 8 de dezembro do ano anterior: caso fosse descoberto petróleo na região, seu governo não teria intenções de tomar medidas unilaterais na exploração deste recurso, nem de nenhum outro que pudesse se encontrar nesta área do Atlântico Sul Ocidental. Mas quando já havia sido iniciada a missão Shackleton, produziu-se uma inversão de opiniões entre os governos, e o representante argentino neste foro enviou duas cartas idênticas, nos dias 11 e 23 de fevereiro, ao presidente do Conselho de Segurança e ao secretário-geral, argumentando que o navio Shackleton havia incorrido em séria violação das normas de jurisdição marítima ao operar na plataforma continental argentina.

Simultaneamente, nessa sucessão de avaliações distintas sobre o potencial de hidrocarbonetos das Ilhas, foi publicado em julho de 1977 um editorial do jornal argentino *La Nación*, apresentando uma opinião extremamente otimista sobre o potencial petrolífero das bacias marítimas argentinas, capaz de oferecer um pólo de desenvolvimento semelhante ao que apresentara em outra época o setor agropecuário. A estas possibilidades somou-se uma oportunidade apresentada pela nova situação internacional: logo após a revolução nos preços produziu-se uma outra que transformou o panorama petrolífero argentino, isto é, a revolução tecnológica, que permitiria à

Argentina se converter em um importante país exportador, dadas suas reservas. Trata-se da incorporação das análises computadorizadas dos dados sísmicos, melhorando a perfuração e permitindo a extração de recursos que se encontram em uma profundidade maior. Apesar do teor otimista dessas opiniões, os próprios autores comentaram as conclusões de Grossling, citadas anteriormente, observando com cautela que a reação dos técnicos argentinos foi de ceticismo, e que é necessário fazer a distinção entre um estudo de caráter global do potencial de petróleo (estimativa total *in situ*) e as reservas realmente comprovadas.

Na mesma época foi divulgada uma publicação da Fabian Society de Londres na qual Colin Phipps – doutor em geologia da Universidade de Birmingham – afirma que em torno das Ilhas encontram-se sedimentos que, provavelmente, contêm petróleo, embora sua espessura e qualidade permaneçam incertas. O autor também reconhece que pouco se sabe sobre as perspectivas petrolíferas da região, uma vez que são muito escassos os estudos realizados ao redor das Ilhas, o que faz com que o conhecimento seja não só rudimentar como também desatualizado; portanto, é impossível ser categórico quanto às referidas perspectivas tanto *onshore* como *offshore*. Na sua análise de cada uma das bacias, o estudo reafirma o que já havia sido assinado pelo relatório Griffiths, e conclui:

"Em suma, a única certeza é de que existem bacias sedimentares em torno das Falklands, e que estas bacias provavelmente contêm sedimentos apropriados para a produção de hidrocarbonetos. São bacias ligadas a bacias *onshore* com campos petrolíferos conhecidos, e que a tecnologia moderna tem condições de explorar e explotar. Existem dúvidas importantes quanto à espessura das rochas sedimentares apropriadas, e também quanto ao tamanho e viabilidade econômica de qualquer depósito de hidrocarbonetos que possa existir. O conjunto destes fatores é suficiente para que se considere autênticas as perspectivas quanto a estas bacias, mas não de primeira magnitude".²⁵

O relatório que a Secretaria da ONU apresentou em 1977 ao Comitê de Descolonização sobre a questão das Malvinas voltou a reiterar que "da possível existência

de jazidas petrolíferas no território e nas suas águas circundantes poderiam resultar novas perspectivas importantes de desenvolvimento econômico”,²⁶ mas é surpreendente que tenha sido dedicado apenas este parágrafo ao potencial de hidrocarbonetos, considerando-se que sua redação levou em conta os resultados do relatório Shackleton, publicados pelo governo inglês em julho de 1976. Como já foi mencionado, este último dedicou-se extensamente aos recursos não-renováveis, contemplando um capítulo inteiro ao papel destes numa futura estratégia de desenvolvimento econômico das Ilhas. No entanto, quando o relatório da Secretaria se refere a este trabalho, só menciona suas conclusões e recomendações para outros setores e não para o petróleo. A questão só seria abordada no relatório do ano seguinte, na descrição dos principais acontecimentos que detalharemos a seguir.

Ao final do ano de 1977, o governo britânico autorizou a empresa Geophysical Services Inc. a realizar prospecções geofísicas para avaliar o potencial petrolífero contido nas águas adjacentes às Malvinas, a oeste, até uma linha de cem braças. A notícia foi publicada pelo *The Financial Times*, de Londres, no dia 1º de dezembro de 1977. A título de esclarecimento, a Missão Permanente da Argentina na ONU enviou uma nota ao secretário-geral, datada de 31 de agosto de 1978, explicando que as prospecções sísmicas mencionadas estavam sendo realizadas em virtude de contratos celebrados entre as companhias e o governo argentino.²⁷ Da mesma forma, a respeito do cumprimento do acordo bilateral de 1974, sobre o abastecimento de combustível para as Ilhas por parte da YPF, a nota destacava que sua consecução levou à construção de uma planta de armazenamento de combustíveis a um custo de aproximadamente 1,5 milhão de dólares, que foi concluída três anos antes mas que não pôde ser utilizada por falta de um cais que possibilitasse a instalação de tubulações que permitissem o abastecimento da planta a partir de navios-tanque.

Nesse sentido, podemos afirmar que durante o período que estamos analisando,

o potencial de recursos naturais comercialmente exploráveis das Ilhas esteve sempre presente nas negociações bilaterais, mas o seu tratamento foi permanentemente prejudicado pela falta de entendimento entre argentinos e britânicos sobre a questão da soberania. Isto se tornou evidente durante o transcurso das negociações entre ambos os países levadas a cabo no início de 1978 em Lima, Peru. Os temas privilegiados foram a soberania e a cooperação econômica na região. O grupo encarregado da segunda questão avançou sem problemas até a Argentina apresentar uma proposta de condomínio, à qual o Reino Unido respondeu não apenas reivindicando sua posse histórica das Ilhas, mas também seus direitos sobre as águas territoriais e a plataforma continental. As conversações passaram, então, ao que a imprensa chamou um “estado de paralisia”, e iniciou-se uma etapa mais complexa, com contradições, avanços e recuos, marcada pela desconfiança, sendo que a solução do conflito era considerada substancialmente incerta. Obviamente, neste clima, foram momentaneamente adiadas todas as conversações sobre o aproveitamento dos recursos ictícos e dos hidrocarbonetos, e os próprios comentários de jornais comprovam este fato: “E isto (o adiamento) torna-se absolutamente lógico: que empresa de pesca ou petrolífera aceitaria uma oferta unilateral de licenças de exploração por parte do governo das Ilhas quando está envolvido um conflito que já dura 145 anos e que passa agora por um momento culminante?”.²⁸

Posteriormente, notícias de jornais de fins de 1979 informavam que um grupo de empresários petrolíferos britânicos havia visitado a Argentina e acertado operações com empresas argentinas, privadas e estatais, da ordem de três bilhões de dólares. Nesta mesma época, Grossling também fazia avaliações em entrevista a um jornal sobre as reservas totais das bacias submarinas argentinas, situando-as em 200 bilhões de barris de petróleo, equivalentes a aproximadamente 33,5 bilhões de metros cúbicos.²⁹

Por outro lado, nas discussões parlamentares britânicas sobre a questão das Malvinas levadas a efeito neste mesmo ano, pode-se encontrar alguns indícios do interesse do Reino Unido nas jazidas existentes ao redor das Ilhas e dos obstáculos estabelecidos pela disputa pendente. Tais indícios foram mencionados como um dos motivos pelos quais o país deveria manter uma presença constante e ativa na defesa de seus interesses estratégicos no Atlântico Sul e como uma das possíveis fontes de sustentação econômica das Ilhas. Mas todas as possibilidades de desenvolvimento futuro dependiam de um acordo político prévio com a Argentina que pusesse fim à disputa sobre as Ilhas, cujo território era considerado de grande valor pelo seu extraordinário potencial contido no mar e subsolo, sob a forma de recursos minerais. Neste sentido, urgia-se ao governo que os desenvolvesse, não só para benefício dos habitantes das Ilhas mas também do próprio país, ante o temor de que as reservas pesqueiras e petrolíferas do Mar do Norte se extinguissem a curto prazo.

Da mesma forma, em outubro de 1980, um relatório do Congresso dos Estados Unidos apontou a Bacia Malvinas *offshore* como uma das áreas mais promissoras dentre as que permanecem não-exploradas. São também do mesmo teor as opiniões expressas no artigo publicado pelo *Wall Street Journal*, em 3 de junho de 1981, sob o título: "Argentine Starts to Tap Vast Reserves". O prognóstico era de que a Argentina poderia converter-se em um importante exportador no plano mundial no médio prazo – até mesmo mais importante que alguns países da OPEP –, passando a ocupar o segundo lugar na América Latina, atrás somente da Venezuela, com uma produção de 300 mil barris. No mês anterior, o *Herald Tribune* reproduziu um debate ocorrido no Parlamento inglês durante o qual o chanceler Lord Carrington manifestou a oposição de seu governo à decisão argentina de licitar a exploração petrolífera em áreas ainda não delimitadas do Atlântico Sul.

No relatório da Secretaria da ONU, deste mesmo ano, é mencionada a intervenção do ministro Ridley da Secretaria de Assuntos Exteriores e do Commonwealth do Reino Unido na Câmara dos Comuns, em dezembro do ano anterior, que sustentou, a respeito das prováveis fontes de desenvolvimento das Ilhas, que o petróleo estaria incluído entre estas, e que seria importante chegar a um acordo com os argentinos sobre a linha média da Bacia de Magalhães a fim de poder proceder à sua exploração.³⁰

Ademais, a respeito das possíveis descobertas de hidrocarbonetos, este relatório trouxe um dado novo:

"algumas empresas petrolíferas, assim como assessores consultados sobre a questão, consideram que a exploração petrolífera na área é agora economicamente viável e, segundo um relatório do *The Times* (Londres), várias grandes empresas importantes realizaram projeções de gastos que chegam aproximadamente a 130 milhões de libras esterlinas para a prospecção nas águas que se encontram entre a Terra do Fogo e o Território".³¹

Este documento também registra que em meados de fevereiro de 1981 foi descoberta, pela empresa Shell, a maior jazida petrolífera submarina da Argentina, perto da costa patagônica, com uma capacidade de produção em torno de 2 mil barris diários; a jazida encontra-se na área que é adjacente a Magalhães Leste, a 154 km das Malvinas, e se estende para ambos os lados do que o Reino Unido considera a linha média "putativa" entre a Argentina e as Ilhas.

De toda forma, a disputa legal permanece um grande obstáculo a qualquer negociação sobre os recursos naturais; é o que expressam as declarações de Ridley, anteriormente citadas, e cartas posteriores do representante argentino nas Nações Unidas ao secretário-geral, assim como o discurso que o ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina pronunciou naquele ano na Assembléia Geral do referido órgão.

Durante as discussões a respeito das oportunidades de desenvolvimento no Atlântico Sul Ocidental, os debates parlamentares ingleses de dezembro de 1981

centraram-se na necessidade de reverter a tendência britânica de desinteressar-se pelos assuntos da região e de diminuir sua participação nos esforços de pesquisa. Essa discussão teve origem, concretamente, na decisão de retirar da região, no ano seguinte, o HMS Endurance, após 27 anos de patrulhamento contínuo na Antártida e de apoio à exploração científica – inclusive com explorações sísmicas – na área do Atlântico Sul Ocidental, sem possibilidade de que fosse substituído por outro navio semelhante. Para fundamentar esta medida foi citado um trabalho realizado em águas antárticas pela Cia. Gomar Explorer, através do qual foram descobertas grandes quantidades de gás metano, indicador seguro da presença de petróleo. As condições climáticas, juntamente com a saturação do mercado mundial de petróleo, constituíam os principais obstáculos, a curto prazo, para a sua extração. Ademais, foi mencionado que a indústria petrolífera britânica tinha receios quanto à iniciativa devido à situação política prevalente na área. Isto é, embora nos últimos anos da década de 70 as perspectivas dos hidrocarbonetos tivessem aumentado consideravelmente, a situação política desestimulou a participação empresarial ativa. Mesmo que fosse tomada a decisão de investir neste empreendimento, seriam necessários de 18 a 24 meses de atividade sísmica intensiva para chegar à etapa de perfuração. Em síntese, destacam-se explicitamente deste debate as seguintes conclusões: 1) não está claro se existem quantidades exploráveis de hidrocarbonetos na plataforma continental das Ilhas; 2) foram realizados dois levantamentos sísmicos desta área, autorizados pelo governo britânico e empreendidos por empresas norte-americanas em 1978, a partir dos quais sustentou-se que a área contém sedimentos de características estruturais e espessura capazes de gerar e conter hidrocarbonetos; 3) para confirmar a existência, localização e extensão dos depósitos de petróleo ou gás, é necessário realizar operações de exploração e perfuração, sem as quais é prematuro concluir que existem jazidas de hidrocarbonetos economicamente

rentáveis; 4) o motivo pelo qual ainda não foi realizada nenhuma perfuração é que os governos da Argentina e do Reino Unido não entraram em acordo sobre um regime para a exploração desses recursos e, portanto, nenhuma empresa petrolífera investirá as imensas somas necessárias se não houver um acordo bilateral que determine quem tem o direito de explorar os recursos da área; 5) como corolário do item anterior, nenhum regime viável de exploração petrolífera pode ser posto em prática sem contar com uma prévia solução das divergências com a Argentina sobre a soberania.

A Diplomacia do Pós-Guerra

Obviamente, durante o ano de 1982 as considerações sobre os recursos naturais foram inexistentes, uma vez que a evolução da disputa pelas Ilhas adquiriu um outro aspecto: a guerra marcou um ponto de inflexão na relação conflitiva entre a Argentina e o Reino Unido, fazendo desaparecer o diálogo e dando início a uma nova etapa de desconfianças e receios que não deixava espaço para as tentativas de cooperação econômica. Os documentos das Nações Unidas daquele ano referem-se explicitamente aos diferentes momentos do conflito armado.

Entre as medidas adotadas pelo governo britânico imediatamente após o fim da guerra encontram-se solicitações de relatórios sobre três questões de seu interesse e que permitiriam: avaliar as implicações políticas da guerra (conhecido como Relatório Kershaw); definir responsabilidades políticas na condução do conflito armado (Relatório Franks); e atualizar os dados apresentados por Shackleton em 1976 sobre as condições econômicas das Ilhas. Este último, para efeito deste trabalho, constitui o relatório mais relevante, já que inclui um capítulo específico sobre hidrocarbonetos.

Como consequência de tais iniciativas, produziu-se um documento interessante, publicado no final de 1982 pelo governo britânico, sobre os aspectos histórico-políti-

cos do conflito, intitulado "The Falkland Islands: The Facts", no qual afirmava-se que o valor do potencial *offshore* de petróleo e gás das Ilhas e suas Dependências era escasso, não garantindo nem mesmo os altos custos acarretados pelas difíceis condições locais de exploração e produção.

Já o segundo relatório Shackleton – o último dos estudos científicos especializados na questão – considera que os hidrocarbonetos devem ser incluídos na categoria dos recursos cuja exploração, por gerar por si mesma renda e emprego, pode ser justificada comercialmente. Aponta, todavia, para a existência de uma condição prévia para que a indústria petrolífera internacional tome a decisão de realizá-la: um acordo político com a Argentina que gere um clima estável na região. Além disso, esse relatório confirma que a área de maior interesse é a Bacia Malvinas – situada entre as Ilhas e a Patagônia – onde após 1976 foram realizados estudos sísmicos, a cargo de ambos os países, que provam a existência de gás e petróleo, mas cujos resultados exigem uma certa cautela nas conclusões, uma vez que não correspondem às expectativas criadas.³² Da mesma forma, considera que a profundidade das águas e as condições climáticas das áreas sedimentares ao sul e a leste do arquipélago reduzem a atratividade do seu potencial, tornando mais provável um esforço de exploração na Bacia Malvinas do que nas regiões onde os custos são mais altos.³³ Finalmente, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de um acordo bilateral que crie um clima político estável propício para os possíveis investidores, o relatório também destaca que, embora necessária, esta não é uma condição suficiente para que a atividade se estabeleça nas Ilhas. As razões são as mesmas que foram apresentadas em 1976: já existe uma infra-estrutura instalada na costa argentina (Comodoro Rivadavia) e os prognósticos identificam efeitos adversos no seu desenvolvimento sobre a vida social e econômica dos habitantes das Ilhas.

A partir dessas conclusões pouco alentadoras e com a ascensão do governo democrático argentino em 1983, acentuou-

se a tendência no sentido de que os temas econômicos e, concretamente, a exploração de recursos naturais passassem a um segundo plano. A política externa argentina no que se refere às Malvinas concentrou-se, então, na promoção de uma solução pacífica do contencioso quanto ao cumprimento das resoluções das Nações Unidas, em ampliar o apoio de terceiros países neste e em outros foros multilaterais e na eliminação dos focos de tensão na área. Os discursos do presidente Raul Alfonsín e do ministro das Relações Exteriores Dante Caputo permitem identificar estas prioridades e corroborar que as referências extremamente escassas aos recursos naturais referem-se à necessidade de preservar o ecossistema, e têm origem na preocupação com a depredação dos recursos vivos provocada pela pesca indiscriminada de outros países nesta "terra de ninguém" e pela política de licenças pesqueiras posteriormente aplicada pela Grã-Bretanha a partir de 1987.

A mesma ênfase aparece nos documentos que resultam dos encontros oficiais, oficiais e informais entre parlamentares de ambos os países³⁴ e também nos relatórios do chanceler Caputo ao Congresso Nacional elaborados em 1984, 1986 e 1988, tratados a seguir.

No primeiro desses relatórios o ministro informou aos legisladores sobre o avanço da gestão do tema das Malvinas, no qual o governo democrático argentino insistia em "não ir a uma mesa de negociação sem que o tema da soberania estivesse presente",³⁵ de modo que a única opção viável pareciam ser os diálogos informais com agenda aberta e sem condições. Este foi o caso da reunião realizada entre representantes de ambos os países em julho de 1984 em Berna (Suíça) que, no entanto, fracassou porque o objetivo britânico era, precisamente, o oposto: avançar no restabelecimento de relações financeiras, depois comerciais e, mais tarde, consulares, até chegar ao pleno restabelecimento das relações diplomáticas, deixando fora da discussão o tema da soberania. Neste caso, a única preocupação dos parlamentares ar-

gentinos quanto aos recursos naturais referia-se às licenças de pesca na zona de exclusão outorgadas pelo Reino Unido à Espanha.

Embora em 1984 o relatório da Secretaria da ONU tenha destacado as limitações impostas aos interesses das empresas petrolíferas, neste mesmo ano o governo das Ilhas concedeu a primeira autorização de exploração petrolífera à empresa Firstland Oil and Gas Co., uma companhia que tem operado em jazidas petrolíferas no Texas e em Oklahoma desde 1981. O início do trabalho de exploração estava previsto para setembro do mesmo ano.

O Parlamento argentino reagiu ante esta concessão e tanto na Câmara de Deputados como no Senado foram apresentados projetos que propunham declará-la inexistente e não sujeita a ratificação. Ademais, foi apresentada uma declaração de utilidade pública e passível de expropriação dos investimentos que a empresa adjudicatária viesse a realizar. Também em consequência desses acontecimentos, a Chancelaria argentina apresentou uma nota de protesto à Secretaria Geral das Nações Unidas em 2 de janeiro de 1985. O fato chamou a atenção novamente dos foros internacionais para a questão das Malvinas, mas a imprensa nacional afirmava que este organismo não poderia ajudar muito, pois a concessão era mais uma expressão do domínio exercido pela Grã-Bretanha sobre as Ilhas. A resposta britânica foi expressa na carta que o representante permanente do Reino Unido na ONU enviou ao secretário-geral, em 24 de janeiro de 1985, afirmando que a licença outorgada era um exemplo do exercício do direito dos habitantes das Malvinas de dispor livremente de seus recursos naturais.

Por outro lado, a edição de 15 de junho de 1985 do *The Observer*, de Londres, indicava que o governo britânico permitiria a exploração petrolífera da área a curto prazo. De acordo com esta fonte, já teriam sido concluídas sondagens sísmicas detalhadas do leito marítimo a leste das Ilhas, a pedido do governo britânico, e “os resultados das sondagens sugerem que haveria

nesta área tanto petróleo e gás quanto no Mar do Norte, segundo documentos internos do governo”.³⁶ Ainda segundo este jornal, o Departamento de Energia já tinha recebido 46 solicitações de informação por parte de empresas privadas interessadas em perfurar ao redor das Ilhas, mas “nenhuma está sendo considerada atualmente e não há planos para permitir perfurações no futuro”.³⁷ Somente a First Oil and Gas conseguiu autorização para iniciar seus trabalhos na localidade conhecida como Douglas Station e dois dos seus diretores já estariam se reunindo com funcionários das Ilhas.

Cabe destacar que neste período os extensos debates parlamentares ingleses sobre o futuro das Ilhas concentraram-se em questões políticas e de administração interna destas – por exemplo, a política a ser seguida a respeito da Argentina, a relação da questão das Malvinas com a problemática antártica, e os custos da fortaleza Falklands; diante da importância adquirida na época pela pesca e dado que os investimentos na área petrolífera eram praticamente inexistentes, os recursos naturais não-renováveis não eram o centro da discussão.

Paralelamente, no início de 1986, a imprensa argentina destacou o resultado decepcionante da convocatória para a exploração e produção de hidrocarbonetos na Bacia Austral: de um total de 12 áreas oferecidas ao capital privado, foi recebida apenas uma proposta da Companhia Petrolífera Ocidental (norte-americana), associada à Bidas Sapic (argentina), interessada numa área situada na Ilha Grande da Terra do Fogo, com 4.289 km de extensão, qualificada como sendo de risco médio. No total, das 29 áreas postas em licitação, pertencentes às Bacias Noroeste e Austral, 22 permaneceram desertas. Entre as causas mencionadas destacou-se que “(...) tanto nos meios empresariais privados quanto no próprio âmbito oficial, foi reconhecido que a repercussão escassa reflete a crise atual da atividade petrolífera mundial”.³⁸

O relatório da Secretaria da ONU desse ano torna-se particularmente interessante

por não ter incluído a rubrica petróleo, que sempre esteve presente, sob distintas denominações, em todos os anos considerados. Este item tampouco consta na discriminação da utilização dos fundos – 31 milhões de libras esterlinas – que o governo do Reino Unido concedeu para o desenvolvimento das Ilhas, após a apresentação do relatório Shackleton de 1982. Ademais, no item “indústria” é mencionado que, a respeito da energia, foi aprovado o investimento num projeto de extração mecanizada de turfa, a ser utilizada como um possível substituto do petróleo como combustível de calefação em edifícios públicos e comerciais, e que seria concedida assistência a projetos que promovessem a instalação de um gerador eólico e outro hidrelétrico.

Crescente Interesse pelos Recursos Ictícos

A esta altura, o tema dos recursos naturais das Malvinas deslocou totalmente para a pesca o centro de atenção dos governos e dos setores empresariais. Tanto as posições diplomáticas quanto os esforços econômicos dirigiram-se neste sentido. É o que revela o relatório da Secretaria da ONU, de 1987, no qual não consta o tema do petróleo.

Nesse sentido, a presença do ministro das Relações Exteriores argentino no Congresso Nacional, em outubro de 1986, foi motivada pelas decisões tomadas pelo Reino Unido tendo em vista regulamentar a exploração dos recursos pesqueiros nas 200 milhas marinhas em torno das Ilhas e exercer jurisdição sobre a plataforma continental. O objetivo das medidas foi estabelecer uma Zona Interina de Administração e Conservação Pesqueira (FICZ) nas Ilhas Malvinas, a fim de regulamentar a presença de barcos estrangeiros e, segundo o chanceler, “exercer direitos soberanos sobre os recursos vivos do mar e sobre o solo e subsolo marinhos”.³⁹ No entanto, esta foi a única referência ao potencial econômico submarino. O debate parlamentar concentrou-se nas declarações reivindicativas de cada um dos grupos quanto ao direito ar-

gentino sobre essas águas e nas consequências da ação britânica sobre os recursos ictícos.⁴⁰ Na resolução finalmente adotada nesta sessão, repudiando o fato, só se menciona a “avaliação do prejuízo econômico que ocasionarem ao nosso país as decisões adotadas pelo Reino Unido”,⁴¹ mas podemos presumir que os legisladores tinham em mente os prejuízos derivados da pesca indiscriminada, porque em nenhum momento do debate fez-se referência ao potencial petrolífero.

Mais tarde, notícias de jornais do início de 1988 confirmaram uma descoberta de petróleo no sul da plataforma continental argentina, em frente à costa oriental da Terra do Fogo, qualificada pelo secretário de Energia da época como “a maior da última década”. O mesmo funcionário acrescentou numa conferência de imprensa que “as jazidas descobertas podem estender-se até as Ilhas Malvinas, mas não está provado”.⁴² Tal descoberta, que esteve a cargo do consórcio integrado pelas empresas Total, Deminex e Bidas, contaria com reservas de gás de 160 milhões de metros cúbicos (equivalente a um quarto das reservas conhecidas) e de 7,3 milhões de metros cúbicos de petróleo na jazida Hydra, que junto com a jazida Ara começaria a produzir em 1989-90.

Cabe destacar que o relatório da Secretaria da ONU correspondente a 1988, que até então sempre começava o capítulo sobre as condições econômicas das Ilhas afirmando que sua economia dependia quase exclusivamente da produção e exportação de lã, inovou ao enfatizar que as perspectivas mudaram devido à importância crescente da pesca. Esta é mais uma demonstração da variação na importância relativa dos recursos renováveis e não-renováveis durante esses anos. Inclusive, a seção sobre mineração não só é muito pequena com relação àquela dedicada à pesca como também reconhece explicitamente que “a atividade mineira do Território não é importante” e não manifesta certezas quanto ao futuro, dizendo que: “(...) pode ser que haja petróleo, mas os enormes custos de desenvolvimento e o clima incerto

provavelmente limitarão o interesse das empresas petrolíferas em explorar os recursos que poderiam existir".⁴³

Por outro lado, o ministro Caputo voltou a estar presente no Parlamento argentino no início do ano. O tema central do seu discurso foram as manobras militares que o Reino Unido aprestava-se a realizar no Atlântico Sul Ocidental. A sessão evoluiu para a avaliação dos passos diplomáticos dados pelo governo a respeito do conflito e em nenhum momento mencionou-se como temas preocupantes a exploração, produção ou conservação dos recursos naturais.⁴⁴

O clima político-diplomático que envolvia a questão das Malvinas mudou radicalmente a partir de meados de 1989 com a ascensão de um novo governo democrático argentino, que se mostrava disposto a restabelecer as conversações sobre diversos temas da agenda bilateral, deixando a temática da soberania sob o resguardo de um "guarda-chuva". Com a remoção do principal obstáculo ao entendimento entre as partes e reiniciado o diálogo, as delegações de ambos os países dedicaram-se durante o ano de 1989 à consideração de dois temas prioritários: o estabelecimento de medidas de confiança mútua na questão militar e a pesca. Os dois grupos de trabalho criados com este fim permitiram, especialmente o primeiro, que fossem finalmente obtidos o restabelecimento das relações diplomáticas e, até o momento, duas outras medidas concretas: a criação de um sistema de informação, consulta e comunicação recíproca sobre segurança e controle da navegação na área e o intercâmbio das informações disponíveis sobre os recursos ictícos.

A agenda para o ano de 1990 previa a reunião do grupo formado pela fusão dos dois grupos anteriores, enquanto a questão do petróleo parece não constar do temário. Nas próximas reuniões, ainda sem data marcada, está previsto que prossiga a reflexão acerca dos temas originais e que seja examinada, pela via diplomática, a viabilidade e conveniência de um Acordo Geral de Cooperação e a negociação de um Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos.

Poder-se-ia pensar que agora, graças à aplicação do mecanismo jurídico que resguarda as reivindicações de soberania de ambos os países, a resolução do conflito já não constitui um obstáculo à exploração dos hidrocarbonetos e as empresas multinacionais poderiam começar a aventurar-se nesse sentido. No entanto, o último relatório da Secretaria da ONU reitera exatamente os mesmos conceitos, escassos e pouco alentadores, do relatório do ano anterior, e as notícias de jornais não registram nenhum pedido de licença na área adjacente às Ilhas nesses anos. Resta-nos apenas, então, propor algumas explicações para esta variação na ponderação dos recursos naturais por parte dos governos e entidades privadas nos últimos anos.

Conclusões

Os antecedentes apresentados permitem sintetizar esta variação da seguinte maneira: no início, coincidindo no plano internacional com os prognósticos otimistas do princípio da década de 70 e com os grandes temores quanto a uma possível escassez ou esgotamento de alguns recursos naturais básicos, foram freqüentes os pedidos de licença para a exploração petrolífera na área, assim como as formulações de reservas de direitos sobre os recursos naturais que tanto a Argentina quanto o Reino Unido realizaram nos foros internacionais. É evidente que o ano de 1975 é o mais significativo tanto no que diz respeito ao interesse empresarial como ao de ambos os governos, chegando-se inclusive a falar em congelar as reivindicações de soberania e passar a explorar os recursos em base binacional. Esta tendência prolongou-se até os primeiros anos da década de 80, mas, a partir de 1982, o *impasse* provocado pela guerra, somado à ênfase do segundo relatório Shackleton nas condições adversas de uma futura exploração petrolífera, começa a gerar um clima desfavorável a tais projetos. Os governos – principalmente o da Argentina – concentraram-se em aplainar as asperezas e desconfianças deixadas pelo conflito armado; dessa forma, a questão das Malvi-

nas centrou-se durante o resto da década no âmbito diplomático. Os aspectos econômicos vinculados aos recursos naturais só começaram a ter importância à medida que a exploração das riquezas ictílicas intensificava-se, estimulada pela falta de regulamentação e pelos baixos custos iniciais de qualquer exploração (não é necessário, por exemplo, o investimento em plantas em terra). Paralelamente, os recursos energéticos foram deixados de lado pelos dois principais atores estatais e, paulatinamente, desapareceram de sua agenda de negociação, embora continuem os pedidos de autorização e as sondagens exploratórias baseadas na possível existência de ricas jazidas de petróleo.

A respeito da magnitude das reservas de hidrocarbonetos, pode-se dizer que os estudos sísmicos e gravimétricos realizados pelos navios oceanográficos britânicos na primeira metade dos anos 70 foram a principal fonte de informação científica empírica sobre o potencial de hidrocarbonetos da área. Tornam-se assim mais confiáveis os dados do grupo dirigido por Griffiths, o que foi comprovado pelo fato de terem sido tomados como base para a elaboração de relatórios posteriores, especialmente os que foram realizados por Shackleton, que concordam com muitos pontos de suas conclusões. Nesse sentido, podem ser consideradas suficientemente seguras as opiniões que afirmam que uma das áreas mais promissoras é a parte oeste e sul da Bacia Malvinas (oeste das Ilhas Malvinas), contígua à Bacia de Magalhães, que já está sendo explorada pela Argentina, com a qual possui uma certa equivalência, embora sejam distintas no que diz respeito às suas estruturas e espessuras. Ao mesmo tempo, descarta-se o território das Ilhas propriamente dito como área potencialmente rica em hidrocarbonetos. Já a Bacia Malvinas Oriental (leste das Ilhas) também apresenta características atraentes, mas tanto nesta área quanto no Banco Burwood (sul das Ilhas) os estudos não foram suficientemente exaustivos para assegurar resultados positivos a uma possível exploração. É nessas duas áreas que mais se fazem sentir os

inconvenientes derivados da profundidade das águas e das condições climáticas adversas. Os prognósticos excessivamente otimistas de meados da década de 70 – como os de Grossling ou do *Wall Street Journal* – parecem hoje, 15 anos depois de formulados, um tanto exagerados, já que se a Argentina contasse com riquezas petrolíferas de tal magnitude, superiores como se dizia às do Mar do Norte e às da plataforma continental dos Estados Unidos ou da Venezuela, já teria recebido inúmeras solicitações de autorização de exploração e produção, que sabemos hoje não terem ocorrido.

Poder-se-ia alegar que os investidores tomam suas decisões levando em conta outros fatores e não apenas o volume das reservas, e que a atitude das multinacionais petrolíferas pode ter sido condicionada por variáveis macroeconômicas e, inclusive, pela instabilidade política. No entanto, as condições do mercado e as circunstâncias políticas e econômicas que podem influir sobre uma decisão dessa natureza variaram muito ao longo desses anos e ofereceram todo o tipo de oportunidades – positivas em alguns momentos e negativas em outros – sem que isto tenha implicado uma onda de investimentos em qualquer momento. Ademais, nenhum dos dois países decidiu explorar por si mesmo as jazidas próximas às ilhas e os projetos estrangeiros que se concretizaram na área do Atlântico Sul concentraram-se na plataforma continental argentina e nas jazidas próximas às costas desse país.⁴⁵

É evidente que a ausência de investimentos em hidrocarbonetos na área – e isto se aplica tanto ao petróleo como ao gás natural – é em parte devida aos fatores já assinalados pelos relatórios científicos, isto é, más condições climáticas e oceanográficas (ventos, profundidade das águas, distância do continente etc.) que provocam sérios problemas operativos de produção e transporte, enquanto em conjunto todas essas variáveis significam custos muito altos. Mas, basicamente, a falta de informação precisa a respeito do potencial exato que poderia ser encontrado é um dos prin-

cipais motivos de incerteza e, portanto, de desinteresse por parte dos investidores. A maioria dos estudos não só coincide em não apresentar resultados categóricos como também deixa entrever que a magnitude das jazidas não seria suficientemente considerável para assegurar uma grande rentabilidade e compensar, assim, os altíssimos custos acarretados por sua exploração e produção.

Soma-se a esses obstáculos um contexto internacional que na área energética não estimula tais empreendimentos, já que o mercado mundial, inerentemente variável e volátil, ainda não se recuperou totalmente da crise de preços de 1986 – que fez cair terrivelmente as cotações a menos de dez dólares o barril – e do fantasma de uma nova queda. O que ocorreu nos últimos meses de 1989 foi tomado pelos analistas como ilustração de alguns elementos que estiveram presentes ao longo de todo o decênio: indisciplina da OPEP no cumprimento de seus próprios acordos, instabilidade dos preços e competição entre este organismo e os produtores independentes por um mercado que continuará saturado. Isto é, a OPEP manteve uma política de sucessivas fases de restrição e relaxamento que procurava capitalizar lucros, evitando que os preços caíssem demais, enquanto os países consumidores aumentavam seu consumo de forma desproporcionada com relação à produção interna; simultaneamente, os preços baixos e o excesso de oferta provocaram um estancamento das atividades de exploração e produção em novas jazidas e um relaxamento das políticas de economia e substituição de fontes energéticas. Durante esses anos, a ação das empresas petrolíferas multinacionais centrou-se na compra de reservas baratas, já que os preços do petróleo cru estavam baixos, para dispor dessas reservas quando os preços subissem na década de 90. Mas, atualmente, as perspectivas muito otimistas foram abandonadas porque se espera um crescimento da demanda baixo e muito lento, seguindo as tendências do crescimento econômico mundial. As áreas que exercem maior atração fora do Oriente

Médio continuam sendo o Mar do Norte e o Golfo do México, e dado que na Argentina a probabilidade de que sejam descobertas grandes jazidas não é muito alta, as empresas não se sentem dispostas a investir nesse país.

Ademais, ocorre hoje uma crescente preocupação ecológica que acrescenta mais um elemento à situação global: existe o risco de alteração dos ecossistemas produzido pela instalação de indústrias; de contaminação de mares, portos e praias por parte de navios-tanque e a conseqüente destruição da vida marinha; e de contaminação atmosférica produzida pela queima de hidrocarbonetos. Tais fatores limitam as possibilidades de exploração e produção em novas jazidas e constituem barreiras a possíveis investimentos na medida em que cada vez mais são levados em consideração pelos governos no momento de regulamentar a atividade petrolífera.

Dessa forma, os acontecimentos políticos vinculados à questão das Malvinas gerados pelo novo governo argentino no último ano contribuíram para estimular expectativas otimistas a respeito do mercado de investimentos estrangeiros. O recente restabelecimento das relações diplomáticas anglo-argentinas foi promovido oficialmente como sendo a abertura de uma nova e próspera etapa também para o mundo dos negócios; as previsões vislumbram, inclusive, a possibilidade de que esta aproximação com o Reino Unido permita à Argentina obter acordos econômicos vantajosos com a Comunidade Econômica Européia.

Se, na década de 70, no âmbito do Terceiro Mundo, a América Latina captava a maior parte dos investimentos diretos estrangeiros provenientes dos países desenvolvidos, dez anos depois, o volume desses investimentos diminuiu consideravelmente, como resultado de uma conjunção de políticas econômicas específicas dos países desenvolvidos, da crise aguda de endividamento externo que afeta a região – que no plano dos investimentos implicou baixas taxas de retorno – e da escassa capacidade de seus mercados de atrair

capitais externos.⁴⁶ Dado que aproximadamente três quartos da redução total dos fluxos de investimentos para os países em desenvolvimento correspondem aos três principais devedores externos, a Argentina encontra-se – juntamente com o México e o Brasil – entre os países mais prejudicados por esse fenômeno. Ademais, existe um notável deslocamento dos investimentos diretos estrangeiros no mundo em desenvolvimento do setor primário para as atividades manufatureiras e de serviços; é para os serviços que se dirigem especialmente os interesses de investidores que visam aos programas de privatização e de conversão da dívida externa oferecidos por alguns países latino-americanos. Neste contexto, o Reino Unido, tradicionalmente um país com uma importante presença econômica em toda a América Latina, e particularmente na Argentina, assistiu à notável diminuição de sua participação na região nas últimas décadas e, especialmente a partir da guerra, também neste país.

Assim, considerando esses antecedentes, parecem um tanto exageradas e precipitadas as expectativas de alguns setores políticos e empresariais no que se refere à nova conjuntura. A maioria dos estudos econômicos consultados coincide em assinalar que é pouco provável que este panorama desalentador quanto aos investimentos estrangeiros venha a se modificar nos próximos anos; de todo modo, mesmo que isso viesse a ocorrer, é evidente que as prioridades não se situariam numa atividade de rentabilidade tão incerta como a da exploração e produção de petróleo na área das Ilhas Malvinas.

Por último, é notável como, à medida que avançava a década de 80, generalizava-se a idéia de que qualquer projeto de exploração e/ou produção de hidrocarbonetos na área das Malvinas seria obstruído até que fosse solucionado o conflito político entre a Argentina e o Reino Unido, porque era este o fator que gerava a maior incerteza nos meios empresariais. Sem dúvida, a guerra de 1982 contribuiu consideravelmente para aumentar essa reticência. No

entanto, se assim fosse, não poderia ter sido atingido o grau de exploração dos recursos pesqueiros a que se chegou. Nesta atividade, o Reino Unido tomou decisões importantes diante do marcado interesse de terceiros países em pescar na área, e declarou-a, em 1987, zona de conservação e administração pesqueira, dentro da qual exerce o direito exclusivo de outorgar licenças de pesca. Desta forma, o Reino Unido inovou unilateralmente medida invocada anteriormente por ambos os governos, decisão que segundo o direito internacional não poderia ter sido tomada sobre um território em disputa. Cabe supor que poderia agir da mesma forma no caso de possíveis explorações petrolíferas, se estas implicassem interesses políticos e/ou econômicos consideráveis. Não se pode esquecer que, caso o Reino Unido tomasse uma decisão neste sentido, contaria com a vantagem de uma ampla experiência em atividades petrolíferas *offshore*. Embora a petroquímica conste entre os itens preferidos pelas delegações empresariais inglesas que recentemente visitaram a Argentina com o objetivo de investir, as opiniões que manifestaram foram extremamente cautelosas e em nenhum momento a área de conflito foi mencionada como possível destino.

Em síntese, existem indícios suficientes da presença de jazidas petrolíferas na área das Malvinas, mas as condições locais de exploração e as condições do mercado internacional não estimularam na última década – e é muito provável que não o façam a curto e médio prazos – projetos de desenvolvimento econômico-comercial desse setor. A orientação diplomática recentemente adquirida pela questão das Malvinas permite supor que empreendimentos com essas características tampouco constem entre os objetivos dos governos da Argentina e do Reino Unido.

(Recebido para publicação em dezembro de 1990)

NOTAS

¹ A análise começa na década de 70 justamente para marcar as diferenças que acabamos de

- assinalar. Obviamente, não serão discutidos os dados geofísicos que descrevem a existência e a magnitude das jazidas, que serão apenas tomados como base para inferir o potencial econômico destas e, conseqüentemente, o interesse político na sua exploração.
- ² Diz o documento: "(...) supõe-se que a Bacia das Malvinas pode ser de maior interesse que a Bacia de Magalhães, por sua estrutura de tipo diferente e pela espessura dos sedimentos. (...) As estruturas na Bacia de Magalhães parecem ser devidas a dobras, enquanto as das Malvinas obedecem a um processo de *Slumping*. Torna-se, portanto, difícil determinar qual das duas áreas seria mais promissora para uma exploração imediata. (...) A área mais importante parece estar situada no lado oeste da Bacia das Malvinas, e a grande espessura do setor orientado para o Sul, que excede 20.000 pés, aumenta o seu valor". Adolfo Silenzi de Stagni, *Las Malvinas y el Petróleo*, Buenos Aires, El Cid Editor, 1982, p. 26.
- ³ Refiro-me, especificamente, ao trabalho preparado anualmente pela Secretaria Geral para o comitê especial encarregado de examinar a situação relativa à aplicação da declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais, também conhecido como Comitê de Descolonização, que será citado, a seguir, como "relatório da Secretaria da ONU".
- ⁴ Todas as citações deste relatório podem ser encontradas na obra indicada na sua versão em inglês. Neste caso preferimos incluir a tradução em português para tornar mais clara a compreensão dos termos técnicos, mantendo a denominação das bacias utilizada por este autor.
- ⁵ Afirma-se que a bacia está situada "onde o aprofundamento, caso exista, é em direção ao sul, e a migração, caso tenha ocorrido, seria portanto para o norte. Trampas estratigráficas, com estreitamento para cima, como também cúpulas, poderiam ser reservatórios potenciais". Adolfo Silenzi de Stagni, *Las Malvinas ...*, *op. cit.*, p. 85.
- ⁶ De acordo com o documento, existem rochas e "(...) alguns arenitos basais que jazem por baixo das rochas conhecidas como geradoras, e alguns calcários por cima, que são reservatórios potenciais. Os freqüentes estreitamentos na margem sepultada e dentro da cunha de sedimentos da plataforma são trampas estratigráficas potenciais, como são também os sedimentos 'suspensos' sobre elevações da base". *Idem*, pp. 85-6.
- ⁷ O relatório assinala que: "O Banco Burwood revelou-se acusticamente opaco à sísmica da reflexão. Esta opacidade não permite traçar conclusões definitivas e, antes de excluir a região da busca de hidrocarbonetos, será necessária uma nova interpretação dos dados sísmicos através de um processo multicanal para que se obtenha todas as informações possíveis caso seja comprovada a opacidade". *Idem*, p. 86.
- ⁸ *Idem*, p. 87.
- ⁹ CARI (Consejo Argentino de Relaciones Internacionales), *Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur. Diplomacia Argentina en Naciones Unidas 1945-1981*, Buenos Aires, 1983, vol. 2, pp. 102-3.
- ¹⁰ *Idem*, p. 103.
- ¹¹ *Idem*, p. 104.
- ¹² São estas as cinco empresas: Ashland Oil Canada Ltd. (filial da Ashland Oil, Inc., norte-americana); Coral Petroleum, Inc. (norte-americana); Asamara Oil Corporation, Ltd. (canadense); Sunlight Oil Canada, Ltd.; e Tanks, Oil and Gas, Ltd. (filial no Reino Unido da Tanganika Concessions, Ltd.).
- ¹³ Bernardo Grossling, "In Search of a Statistical Probability Model for Petroleum Resource Assessment", *Geological Survey Circular*, nº 24, Washington, U.S. Department of the Interior, 1975.
- ¹⁴ Grossling afirma que: "É um axioma no campo da geologia do petróleo que quanto maior o volume dos sedimentos, maiores são as probabilidades de haver petróleo. O volume dos sedimentos é medido em quilômetros cúbicos e sua quantidade e altura é uma boa base para comparar a riqueza petrolífera de diferentes regiões. As espessuras sedimentares do Mar do Norte têm uma altura máxima de 3,5 km; já as das Bacias Marina Austral e das Malvinas superam 8 km. Estas duas bacias têm um volume de sedimentos de 615.000 km³, e para se ter uma boa idéia do que estas cifras representam, assinalamos que este volume é quatro vezes superior ao que têm os Estados Unidos sobre o Oceano Atlântico". Adolfo Silenzi de Stagni, *Las Malvinas ...*, *op. cit.*, p. 101.
- ¹⁵ Entre os fundamentos deste projeto menciona-se que "é notório que, na base de todos os estudos e prospecções realizados na Patagônia continental e insular, as lentilhas do armazenamento de petróleo e/ou gás estão disseminadas por todo o seu subsolo, em jazidas de maior ou menor

rendimento, mas que não constituem a grande jazida que nos converteria de país com petróleo em país petrolífero". Ademais, destaca-se o seguinte comentário: "A riqueza petrolífera potencial da região das Malvinas tem sido citada em diferentes países muito distantes de nossas fronteiras, demonstrando que interesses econômicos extranacionais já visam às Malvinas". Câmara de Senadores de la Nación, "Petróleo en la Plataforma Submarina. Interés Nacional", *Diario de Sesiones*, Buenos Aires, 4/6/1975, pp. 878-81, esp. 878.

- ¹⁶ Consta na versão taquigráfica pertinente: "Os estudos geológicos sísmicos e os poços de exploração e produção efetuados no território da Terra do Fogo, assim como nas linhas sísmicas realizadas em diferentes oportunidades no âmbito da plataforma submarina argentina, demonstraram a existência de várias bacias sedimentares. Uma destas, a de Magalhães ou a das Malvinas, é a que oferece, de acordo com os estudos técnicos realizados até o momento, as maiores possibilidades para a localização de hidrocarbonetos, sobretudo pela existência de condições estruturais favoráveis e pela proximidade das jazidas. (...) Embora a natureza vulcânica das ilhas do Atlântico Sul não ofereça perspectivas iguais, o estudo será necessário para determiná-lo com certeza". *Idem*, p. 879.
- ¹⁷ *Idem*, pp. 879-80.
- ¹⁸ As experiências de reflexão sísmica e de gravimetria revelam que a espessura dos sedimentos chega a 3,5 km – o que é comparável a algumas áreas do Mar do Norte –, para depois diminuir até 0,6-0,8 km à medida que se aproximam do Banco Burwood e da costa das Ilhas. É notável a referência de que "(...) as espessuras dos sedimentos parecem ser maiores na área próxima à linha média entre as Ilhas Falklands e a Argentina. A maior parte desta área sedimentária não sofreu um processo de penetração em profundidade que favoreceria à formação de gás com relação à formação de petróleo". Lord Shackleton, *Economic Survey of the Falkland Islands, Resources and Development Potential*, Londres, Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs, 1976, vol. 1, p. 176.
- ¹⁹ O banco demonstrou ser uma área acusticamente opaca aos estudos de reflexão e para explicar este fato, o relatório acrescenta novos dados ao que foi afirmado por Griffiths, isto é: "(...) esta opacidade, indicando uma deformação dos sedimentos e uma elevação da rocha matriz, poderia originar-se de um empuxo do norte da

zona anterior à Cordilheira, e reduz consideravelmente a probabilidade de uma descoberta de hidrocarbonetos nesta área". *Idem*.

- ²⁰ Destaca-se novamente neste caso que "não é possível traçar nenhuma conclusão definitiva sobre esta área enquanto não for empreendido um estudo mais detalhado". *Idem*, p. 177.
- ²¹ O relatório afirma sobre esta questão: "Seriam necessárias muitas outras linhas de reflexão para definir as espessuras dos sedimentos e o tamanho das bacias, como também para tentar identificar a possível presença de trampas estruturais, particularmente na parte norte da Bacia das Malvinas". *Idem*.
- ²² Seu prognóstico para os próximos anos é de que "(...) é provável que em termos reais o preço do petróleo continue a cair, especialmente com relação aos custos de produção, possivelmente até depois de 1982-83, quando o pêndulo poderia começar a mudar de lado, assumindo sempre que será mantido o crescimento econômico mundial. Ao mesmo tempo, a indústria petrolífera não costuma considerar que saltos de *quantum* na tecnologia da engenharia *offshore* possam reduzir significativamente o custo real de produção ao longo do mesmo período de tempo (...). Estes antecedentes demonstram que nos próximos dez anos só serão exploradas comercialmente as jazidas petrolíferas capazes de exceder a produção de 150 mil barris diários". Destacamos este último comentário porque o relatório afirma, explicitamente, referindo-se a esta cifra: "Nenhum dos campos petrolíferos da Bacia de Magalhães (historicamente a área mais cobiçada para as explorações) atinge sequer a metade desta cifra (...)". *Idem*, p. 183.
- ²³ O relatório diz que: "A atratividade comercial desta área encontra-se também reduzida pela possibilidade de que seja descoberto gás natural em vez de petróleo. Sem um amplo mercado doméstico, os custos de liquefação e transporte deste hidrocarboneto sob a forma de LNG (gás natural liquefeito) poderiam tornar-se proibitivamente caros. Este projeto só seria viável se fossem encontradas quantidades muito significativas". *Idem*, pp. 183-4.
- ²⁴ Lord Shackleton, *Economic Survey of the Falkland Islands, Strategy; Recommendations and Implementation*, Londres, Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs, 1976, vol. 2, p. 39.

- ¹⁵ Colin Phipps, "What Future for the Falklands?", *Fabian Tract 450*, Londres, Fabian Society, 1977, p. 10.
- ²⁶ CARI, *Malvinas, Georgias...*, *op.cit.*, vol. 2, p. 214.
- ²⁷ A nota diz textualmente que: "É certo que várias empresas petrolíferas, inclusive a British Petroleum, patrocinam esta pesquisa, mas este trabalho não é realizado em nome das empresas (como diz o documento) e sim em virtude dos contratos já mencionados, que supõem certamente que o governo argentino será plenamente informado dos seus resultados". CARI, *Malvinas, Georgias...*, *op.cit.*, vol. 2, p. 242.
- ²⁸ "Ejercicio de la Soberanía", *Clarín*, 17/2/1978, p. 7.
- ²⁹ Sergio Cerón, "¿Quién da Permiso a los Ingleses para Sacar Petróleo en Malvinas?", *La Nación*, 29/7/1984, p. 8.
- ³⁰ O ministro Ridley disse textualmente: "Existe também a questão das rendas procedentes das ricas atividades da pesca e a possibilidade, que não significa certeza, de que seja encontrado petróleo. (...) Meu distinto colega mencionou a controvertida questão de Magalhães Leste, a área petrolífera que se encontra dos dois lados da linha média. Gostaríamos imensamente de poder dizer que estamos de acordo quanto à linha média e que junto com os argentinos respeitamos esta linha, a fim de que se possa proceder à exploração e produção do petróleo". CARI, *Malvinas, Georgias...*, *op.cit.*, vol. 2, p. 302.
- ³¹ *Idem*, p. 306.
- ³² O relatório diz que: "A perfuração comprovou a presença de gás e petróleo na bacia, mas em quantidades todavia não comercializáveis, e as baixas taxas obtidas somadas à evidência sísmica sugerem até agora que a região não satisfaz as expectativas baseadas na sua geologia. Os depósitos petrolíferos teriam de ser muito grandes para serem comercializáveis. E mesmo assim, não há dúvida de que as empresas petrolíferas iriam prosseguir as perfurações exploratórias uma vez estabelecido um regime de licenças". Lord Shackleton, *Falkland Islands Economic Study 1982*, Londres, 1984, p. 13.
- ³³ O relatório é muito conclusivo a esse respeito: "Acredita-se, geralmente, que os sedimentos são menos espessos na área que se estende do Plateau das Falklands ao leste das Ilhas, e que a indústria petrolífera não considera que tenha um grande potencial a área entre as Falklands e a Geórgia do Sul. Deve ser enfatizado, no entanto, que o conhecimento geológico e geofísico atual não permite estabelecer com segurança as possibilidades das prospecções de hidrocarbonetos. O que é certo é que, dadas as condições da água, é provável que a indústria petrolífera não cogite de qualquer perfuração exploratória antes que os preços internacionais do petróleo tenham ao menos dobrado". *Idem*, p. 95.
- ³⁴ Berna, 1984; União Parlamentar, Genebra, 1984, México e Buenos Aires, 1986, Manágua, 1987 e Guatemala, 1988; South Atlantic Council, Buenos Aires, 1984 e Londres, 1986; Universidade de Maryland, USA, 1984 e 1985; Instituto de Política Exterior da RFA, Bonn, 1985; Royal Institute of International Affairs, Londres, 1985.
- ³⁵ Câmara de Diputados de la Nación, "Reunión Celebrada en la Ciudad de Berna con Referencia a las Islas Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur", *Diario de Sesiones*, Buenos Aires, 19-20/7/1984, tomo IV, pp. 2392-402.
- ³⁶ *Clarín*, 16/6/1985, p. 28.
- ³⁷ *Ibidem*.
- ³⁸ *La Nación*, 4/2/1986, p. 1.
- ³⁹ Câmara de Diputados de la Nación, "Informe del Señor Ministro de Relaciones Exteriores y Culto", *Diario de Sesiones*, Buenos Aires, 29-30/10/1986, tomo IX, pp. 7270-9.
- ⁴⁰ A pesca no Atlântico Sul Ocidental, graças aos recursos abundantes e aos regulamentos praticamente inexistentes, intensificou-se nos últimos sete anos de tal maneira que se tornou um excelente negócio para os habitantes das Malvinas e para terceiros países. Isto explica o interesse britânico em estabelecer algum tipo de controle na área e a preocupação argentina quanto às possíveis conseqüências desta atividade na dinâmica do ecossistema de sua plataforma continental.
- ⁴¹ Câmara de Diputados..., *op.cit.*, 1986, p. 7298.
- ⁴² *La Nación*, 23/2/1988, p. 1.
- ⁴³ ONU, A/AC 109/962, 5/8/1988, pp. 6-14.
- ⁴⁴ Câmara de Diputados de la Nación, "Informes del Señor Ministro de Relaciones Exteriores y Culto",

Diario de Sesiones, Buenos Aires, 9-10/3/1988, pp. 5404-63.

⁴⁵ O acompanhamento do que ocorreu com as concessões outorgadas pelo governo das Ilhas em 1984 excede às possibilidades desta pesquisa e das fontes de dados consultadas.

⁴⁶ A tendência global dos investimentos diretos estrangeiros dos últimos anos orientou-se

no sentido de uma progressiva e crescente concentração nos países desenvolvidos, tanto como países de origem (concentram em torno de 97% do total mundial de fluxos) quanto no que se refere às economias receptoras (cerca de 75% do total mundial). Para uma análise mais detalhada deste fenômeno, ver ONU, A/AC 109/835, 2/8/1985, pp. 12-29.

Resumo

Os Recursos Energéticos das Ilhas Malvinas e sua Relação com o Conflito Anglo-Argentino

O interesse pelos recursos naturais das Ilhas Malvinas e águas adjacentes esteve presente de forma permanente, implícita ou explicitamente, na disputa anglo-argentina ao longo das duas últimas décadas. Enquanto os hidrocarbonetos foram o centro de atenção dos atores privados e estatais nos anos 70, os recursos ictícos parecem ser hoje o grande destaque. Este trabalho procura fornecer algumas explicações para esta "mudança de atitude" a respeito dos recursos energéticos e avaliar suas possibilidades futuras de produção. Nesse sentido, foram identificados os principais momentos do conflito a partir de 1970, de acordo com as informações sobre o tema dos hidrocarbonetos nesta área, obtidas a partir das seguintes fontes: a) os estudos científicos e as opiniões técnicas dos especialistas a respeito do potencial existente; b) os documentos anuais da ONU referentes à questão das Malvinas; c) os diários das sessões que registram os debates parlamentares

argentinos e britânicos sobre o tema; d) as notícias de jornais que informam sobre a opinião dos atores envolvidos e as atividades das empresas privadas vinculadas à produção de petróleo na região. As conclusões indicam que na última década uma série de fatores se conjugaram para relegar os hidrocarbonetos a um plano claramente secundário, entre estes: as consequências do conflito armado; as informações desalentadoras e pouco exatas sobre a magnitude real das jazidas; os enormes custos necessários para sua extração; as condições do mercado internacional de petróleo; e a falta de um acordo político anglo-argentino que colocasse fim à incerteza quanto ao regime de exploração dos recursos naturais na área. No longo prazo, estas variáveis podem se modificar, mas é certo que atualmente os recursos energéticos não constam da agenda bilateral de negociações nem dos planos imediatos de investidores potenciais nas Ilhas.

Abstract

The Energetic Resources of Malvinas Archipelago and their Relation to the Anglo-Argentinian Conflict

The interest in the natural resources of Malvinas Archipelago and the adjacent water was present, either implicitly or explicitly, in the Anglo-Argentinian dispute throughout the last two decades. Although hydrocarbon was the center of private and state attention in the 1970's, the ichthyic resources seem to be outstanding today. This article intends to provide explanations for this "change of attitude" in respect to the energetic resources and to evaluate the future possibilities for production. Therefore, the main events since 1970 were identified, according to the information on the matter of hydrocarbon in this area obtained from the following sources: a) the scientific studies and technical opinion of the specialists in respect to the existing potential; b) the U.N. annual documents referring to the Malvinas issue; c) the daily records of the congressional sessions which register the Argentinian and British debates on that issue, and

d) the news in the newspapers which inform about the opinion of the actors involved and the activities of the private firms dedicated to the production of oil in the region. The conclusions indicate that in the last decade a series of factors interconnected to relegate hydrocarbon to a clearly secondary role, some of which are: the consequences of the armed conflict; the discouraging and hardly accurate information about the real size of the mines; the enormous costs which were necessary for its extraction; the international market conditions for oil; and the lack of an Anglo-Argentinian political agreement which could put an end to the uncertainty over the exploitation regime of natural resources in the area. In the long run, these variables can be enhanced, but presently it is obvious that the energetic resources are not part of neither potential investors in the islands.

Résumé

Les Ressources Énergétiques des Iles Malvines et leur Rapport avec le Conflit Anglo-Argentin

Au cours de la dispute qui a opposé l'Angleterre et l'Argentine au long des deux dernières décennies, l'intérêt suscité par les ressources naturelles des Iles Malvines et leurs eaux territoriales a toujours été présent, que ce soit de façon implicite ou explicite. Alors que dans les années 70, ce sont les hydrocarbures qui ont été au centre des attentions des acteurs privés et étatiques, il semble qu'aujourd'hui ce soient les ressources ichtiques qui aient la vedette. Le présent travail s'efforce de fournir quelques explications à ce "changement d'attitude" envers les ressources énergétiques et d'évaluer le potentiel de leur production pour l'avenir. L'article identifie les principaux moments du conflit à partir de 1970. L'auteur se base pour cela sur des informations concernant la question des hydrocarbures dans la région qu'elle a obtenu auprès des sources suivantes: a) les études scientifiques et les opinions techniques des spécialistes au sujet du potentiel existant; b) les documents annuels de l'ONU se rapportant à la question des Malvines; c) les compte-

rendus des sessions qui enregistrent les débats des parlements argentin et britannique à ce sujet; d) les nouvelles de journaux qui informent sur l'opinion des différents acteurs et sur les activités des entreprises privées participant à la production de pétrole dans la région. Les conclusions indiquent qu'au cours de la dernière décennie une série de facteurs se sont conjugués pour reléguer les hydrocarbures à un plan nettement secondaire. On peut citer parmi eux: les conséquences du conflit armé; les informations décourageantes et peu exactes sur l'importance réelle des réserves; les énormes coûts qu'impliquent leur exploitation; les conditions du marché international du pétrole et l'absence d'un accord politique anglo-argentin qui mette un point final à l'incertitude au sujet du régime d'exploitation des ressources naturelles de cette région. Ces variables pourront se modifier à long terme mais il est certain qu'actuellement les ressources énergétiques ne font pas partie de l'agenda des négociations bilatérales ni des plans immédiats des investisseurs en puissance des Iles.